



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça
Fórum Nacional do Judiciário para Monitoramento e Resolução das
Demandas de Assistência à Saúde (Res. CNJ n. 107/2010)
COMITÊ EXECUTIVO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - COMESC

Memória de Reunião

06 de fevereiro de 2017, 9h

DADOS	
Grupo de trabalho	Comitê Estadual de Monitoramento e Resolução das Demandas de Assistência da Saúde – COMESC – Criado pela Resolução 106 – CNJ
Local	Sala de Reuniões Conselheiro Osvaldo de Oliveira Maciel do Conselho Estadual de Saúde, localizado na Rua Esteves Júnior, nº 160, Centro, Florianópolis-SC, na SES - Secretaria Estadual de Saúde (8º andar).
Coordenador	Juiz federal Clenio Jair Schulze clenio.schulze@trf4.jus.br
COMESC	comite-executivo-estadual--sc@googlegroups.com

PARTICIPANTES

Nome*	Entidade*	E-mail*
Clenio Jair Schulze	JFSC	Clenio.schulze@trf4.jus.br
Daniel Ricken	MPF	ricken@mpf.mp.br
Carlos Justo	Secretário SMS/Fpolis	carlos.justo.sms@gmail.com
Edenice Reis da Silveira	SMS/Fpolis	dicaa@gmail.com.br
Paulo Teixeira Morinigo	Unimed	paulo@cmhw.com.br
Mariana Gonçalves	SMS/Fpolis	marianaitamaro@gmail.com
Letícia Coelho Simon	Cojur/SC	leticiasimon@saude.sc.gov.br
Janice Merigo	Fecam	assistenciasocial@fecam.org.br
Paulo Sérgio Teixeira de Araújo	CRF/SC	Araujo@sindfar.org.br
Otávio Augusto	COSEMS/SC	Otavio.consemssc@gmail.com
Pâmela dos Santos	CRP/SC	Pamela.santos@crpsc.org.br
Priscila Soares	Cassi – Unidas	Priscila.soares@cassi.com.br
Joice Stopassoli	Cassi – Unidas	Joice.stopassoli@cassi.com.br
Silvia Abreu	OAB/SC	silviaabreu@yahoo.com.br
Tânia Mara Fodi	SEMSA/Jguá do Sul	tania.fodi@gmail.com
Mariana Araújo	PMJS/ Jguá do Sul	Id11006@jaraguadosul.sc.gov.br
Luiz Fernando Pita	PMJS/ Jguá do Sul	Id7844@jaraguadosul.sc.gov.br

DELIBERAÇÕES

Item	Descrição
1	Justificaram ausência: Juiz Cláudio Eduardo Registro de Figueiredo e Silva, Farmacêutica Luciane Anita Savi.
2	Foi aprovada, por unanimidade, a ata de reunião de dezembro de 2017.
3	Participação no evento da FECAM (Janice Merigo): Janice comentou que a FECAM organiza o Congresso Catarinense de Prefeitos. Serão oferecidas oficinas paralelas. Uma delas é sobre a judicialização da saúde, no dia 16/03, em Joinville/SC. Comentou que 78% dos prefeitos são novos, bem como os respectivos Secretários Municipais de Saúde. Advogado Otávio também comentou que o COSEMS fará evento sobre o tema da judicialização da saúde e que haverá representante do CONASEMS. Juiz Clenio informou que recebeu ofício-convite para participar do evento da FECAM.
4	Prontuário eletrônico (Advogada Silvia – OAB/SC) Destacou que o tema é importante para combater fraudes e a corrupção que envolve o tema de prontuários médicos. Falou sobre:



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça
Fórum Nacional do Judiciário para Monitoramento e Resolução das
Demandas de Assistência à Saúde (Res. CNJ n. 107/2010)
COMITÊ EXECUTIVO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - COMESC

	<p>(1) Projeto de Lei do Senado - PLS 167, de 2014. (2) Resolução 1638/2002 do CFM trata dos prontuários médicos. (3) Art. 87 do código de ética médica. Resolução 1931/2009 do CFM. (4) Resolução 1821/2007 do CFM.</p> <p>Sugeriu fazer encaminhamento ao senado para aprovação do aludido Projeto de Lei. Secretário de saúde de Florianópolis, Médico Carlos Justo, informou que é possível verificar mediante perícia se houve fraude no prontuário eletrônico. Comentou que é muito alto o custo financeiro para a criação de processos eletrônicos na área médica. Advogada Sílvia fará o encaminhamento, por email, do Projeto de Lei para avaliação dos membros do COMESC na reunião de março/2017.</p>
5	<p>Agenda de cirurgias (Procurador da República Daniel Ricken).</p> <p>Comentou que esteve em reunião com os médicos do hospital Celso Ramos e do HU. Destacou que a “agenda das cirurgias” atualmente está influenciada diretamente pela judicialização, em razão do alto número de ordens judiciais para “furar a fila”.</p> <p>Juiz Clenio e Advogado Paulo mencionaram que existem duas listas, uma médica e outra jurídica (decorrentes das ordens judiciais).</p> <p>Enfermeira Edenice comentou que o tema já foi tratado no COMESC na perspectiva do financiamento. Afirmou que um formulário criado pelo COMESC não seria suficiente para resolver o problema, mas uma comissão ou grupo para um levantamento mais amplo sobre o tema.</p> <p>Advogado Paulo comentou que seria importante construir um canal para ligar o juiz ao diretor do hospital.</p> <p>Consultora Leticia afirmou que existem três linhas: (a) a fila médica; (2) a fila do MP e (3) a fila do Judiciário.</p> <p>Procurador Daniel comentou que o MPF deverá fazer uma audiência pública sobre o tema.</p> <p>Enfermeira Edenice, Consultora Leticia e o Juiz Clenio comentaram que seria importante trazer o Ministério da Saúde para também participar do tema, já que o financiamento também é da sua responsabilidade.</p> <p>Advogado Otávio, do COSEMS, mencionou que já foi aprovada a Lei 17.066, de janeiro de 2017, que trata da regulação das internações e transparência da lista. Juiz Clenio comentou que encaminhou ofício à Presidência de ALESC solicitando urgência na aprovação do aludido projeto.</p> <p>Farmacêutico Araújo, Representante do CRF/SC, comentou que é preciso melhorar a gestão do tema.</p> <p>Procurador Daniel comentou que seria importante levar informação aos juizes, sobre a situação. Ficou definido que os integrantes do COMESC (Consultora Leticia e Enfermeira Edenice) farão encaminhamento ao Procurador Daniel do MPF dos temas para inclusão na audiência pública.</p>
6	<p>Secretário de Saúde de Florianópolis</p> <p>Médico Carlos Justo fez abordagem sobre o direito à saúde. Destacou que o importante é permitir a concretização do exercício da cidadania. Mencionou que há falta de recursos, falta de gestão. Anotou que é indispensável a manutenção da integralidade e da equidade no sistema de saúde.</p> <p>Uma das alternativas para melhoria da gestão é a implantação do e-SUS pelo Ministério da Saúde. A alta complexidade é superavitária e todos os hospitais querem fazer. A média complexidade é deficitária e por isso nenhum hospital quer fazer.</p> <p>Apontou que a cultura existente no Brasil e também do Ministério da Saúde é voltada para tratar a doença e não a prevenção e promoção de saúde.</p> <p>Juiz Clenio agradeceu pela presença, convidando para as próximas reuniões e desejou sucesso na Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis.</p>
7	<p>Avaliação e votação do “formulário de OPME” (modelo elaborado pela Enfermeira Andrea).</p> <p>Tema adiado em razão da impossibilidade de comparecimento da Enfermeira Andrea.</p>



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça
Fórum Nacional do Judiciário para Monitoramento e Resolução das
Demandas de Assistência à Saúde (Res. CNJ n. 107/2010)
COMITÊ EXECUTIVO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - COMESC

NOTAS FINAIS

1 - A próxima reunião ocorrerá em **6 de março de 2017, 9h, na Sala de Reuniões Conselheiro Osvaldo de Oliveira Maciel do Conselho Estadual de Saúde, localizado na Rua Esteves Júnior, nº 160, Centro, Florianópolis-SC, na SES - Secretaria Estadual de Saúde (8º andar), com a seguinte pauta:**

- a - Avaliação e votação do "formulário de OPME" (modelo elaborado pela Enfermeira Andrea);*
- b - Indicação de temas ao Procurador Daniel do MPF dos para inclusão em futura audiência pública;*
- c - Avaliação do Projeto de Lei do Senado - PLS 167, de 2014 e indicação de medidas que o COMESC pode adotar em relação ao tema.*

Outras sugestões de pauta podem ser encaminhadas para clenio.schulze@trf4.jus.br.

Local e data

Florianópolis, 06 de fevereiro de 2017